

# Camões e os contemporâneos

*Organizadores*

Maria do Céu Fraga  
José Cândido de Oliveira Martins  
João Amadeu Carvalho da Silva  
Maria Madalena Teixeira da Silva  
Manuel Ferro

Centro Interuniversitário de Estudos Camonianos  
Universidade dos Açores  
Universidade Católica Portuguesa

BRAGA 2012

Este trabalho é financiado por Fundos FEDER através do Programa Operacional Fatores de Competitividade – COMPETE e por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito do projeto PEST-C/ELT/UI0150/2011 (Ref.ª COMPETE FCOMP-01-0124-FEDER-022684).

**FCT** Fundação para a Ciência e a Tecnologia  
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR



## Ficha técnica

Título: **Camões e os contemporâneos**

Organizadores: Maria do Céu Fraga · José Cândido de Oliveira Martins · João Amadeu Carvalho da Silva  
Maria Madalena Teixeira da Silva · Manuel Ferro

Edição: Centro Interuniversitário de Estudos Camonianos (CIEC)  
Universidade dos Açores / DLLM  
Universidade Católica Portuguesa / CEFH

Tiragem: 600 exemplares  
dezembro 2012

Design da capa: Ana Amaral e Mário Fernandes

Execução gráfica: Graficamares, Lda.  
R. Parque Industrial Monte Rabadas, 10  
4720-608 Prozelos - Amares

Depósito Legal: 353162/12

ISBN: 978-989-9892-3-9



O conteúdo dos artigos e a norma ortográfica usada são da responsabilidade dos autores.

# LUÍS DE CAMÕES E LUÍS DA CRUZ: DOIS POETAS, MAS O MESMO AMOR À PÁTRIA

**António Maria Martins Melo\***

Universidade Católica Portuguesa – Braga  
Centro de Estudos Filosóficos e Humanísticos  
antmelo@braga.ucp.pt

## Abstract

The episode of the empirical reflection on the origin of the sneeze, in the tragicomedy *Iosephus*, clearly shows the importance of the ideological changes that was felt in the cultural context that involved the appearance of this play, whose representation has occurred in the real College of Arts in Coimbra, probably in 1574. Is this inquiring spirit which is also manifested at the epic poem of the *Os Lusíadas*.

*Keywords:* Luís da Cruz SJ, Renaissance, Humanism, Neo-Latin Theatre, Jesuits, Luís de Camões

**E**nquanto refletia na melhor forma de levar a bom termo esta empresa a que me propus, eis que, numa tarde solarenga vivida nesta urbe, no escaparate de uma das livrarias que teimosamente insiste em manter abertas as suas portas – e não é para menos esta nossa admiração, pois, Fernando Guedes, no seu ensaio *O Livro como Tema: história, cultura, indústria*, prefaciado pelo saudoso Prof. Aníbal Pinto de Castro, dá-nos conta que já em 1974, um entusiasta da “sociedade de informação” em que hoje se vive, teve a ousadia de vaticinar o fim do livro para 1990 (2001, p. 245) – dizíamos nós que num escaparate nos surpreende este título *A Primeira Aldeia Global (Como Portugal mudou o Mundo)*, de um jornalista inglês, já desaparecido, Martin Page (1938-2003), que havia de viver os últimos anos da sua vida entre nós, na região da Azóia. Da introdução desta obra, intitulada pelo autor “Uma nota pessoal”, transcrevo este naco de prosa que nos dá conta da sua perceção do que é “ser português”, a partir de uma experiência vivida por si, no sul de África, então martirizado por mais uma guerra. Prostrado à beira de uma estrada, nos tempos da República do Catanga, nos anos sessenta, com o cano de uma metralhadora encostado às suas costas, quatro costelas e o ombro esquerdo fraturados, este repórter de guerra via os carros a abrandar, mas mal avistavam a milícia, logo aceleravam... até que por ali passaram uns portugueses ‘salvadores’:

Foi a primeira vez que, pelo menos conscientemente, me tinha cruzado com portugueses – um primeiro encontro, não apenas com a sua extraordinária disponibilidade para ajudar um estrangeiro em apuros, mas também com o seu misto de fanfarronice, honra, ingenuidade e sangue-frio.

---

\* Estudo desenvolvido no âmbito do PEST-OE/FIL/UI0683/2011, projeto estratégico do CEFH financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

São testemunhos desta natureza que dão sentido à sabedoria popular que nos diz que a presença portuguesa se manifesta, tantas vezes de forma súbita, nos lugares mais inesperados deste nosso planeta, por mais recônditos que eles sejam. Através de gestos reveladores do grande altruísmo de que é capaz este povo aparentemente frágil, mas muitas mais são aquelas circunstâncias desnudadas pelo uso da língua pátria, o português, forma eloquente de manifestar o seu sentido patriótico: “A minha pátria é a língua portuguesa”, havia de escrever Fernando Pessoa, no *Livro do Desassossego*, sob o heterónimo de Bernardo Soares (1982, pp. 16-17). E vem a talhe de foice, nesta época de (des)acordo ortográfico, citar as sábias palavras deste imperador da Língua Portuguesa, também neste mesmo sítio, um pouco mais à frente: “Sim, porque a ortografia também é gente. A palavra é completa vista e ouvida. E a gala da transliteração greco-romana veste-ma do seu vero manto régio, pelo qual é senhora e rainha”.

Numa entrevista polémica concedida à imprensa brasileira (2003),<sup>1</sup> no início de fevereiro de 2003, o crítico literário americano Harold Bloom fala em três autores portugueses do seu maior agrado: na poesia, cita Luís de Camões e Fernando Pessoa, este último ele havia de o incluir no seu *Cânone Universal*; na ficção, Eça de Queirós, a par de Machado de Assis, “o maior gênio da literatura brasileira do séc. XIX”.

É assim quase trivial afirmar-se que Fernando Pessoa é um dos maiores poetas da Língua Portuguesa e da Literatura Universal, tantas vezes comparado a Luís de Camões, não sem razão, entre outras coisas, dizemos nós, quando se leem estes versos de Pessoa na segunda parte da *Mensagem*, intitulada “Mar Português”: “E ao imenso e possível oceano / Ensinam estas Quinas, que aqui vês / Que o mar com fim será grego ou romano: / o mar sem fim será português”. Com naturalidade, neste excerto do poema denominado “Padrão”, se perscrutam aqueles versos do grande vate lusitano (*Os Lusíadas*, I.3,1-8) que hão de projetar os feitos portugueses para uma categoria universal, emergindo uma conceção de homem cujo poder se chega a sobrepor aos próprios deuses, numa imagem bem compreensível à luz do imaginário renascentista:

Cessem do sábio grego e do troiano  
As navegações grandes que fizeram;  
Cale-se de Alexandre e de Trajano  
A fama das vitórias que tiveram;  
Que eu canto o peito ilustre lusitano,

---

<sup>1</sup> Reitera a sua condenação da série de Herry Potter e, neste contexto, põe o dedo na ferida, a propósito do sucesso da literatura infantil: “É um fenómeno de mercado. A maior parte dos livros para crianças à venda nas livrarias é idiota, não serve para nada, muito menos para suprir a necessidade de leitura de uma criança ou do leitor de qualquer faixa etária. Livros estão sendo confeccionados para vender e se tornar sucessos no cinema e na televisão. Isso nada mais é que uma máscara que oculta o rosto cada vez mais estúpido da era da informação. Os tais livros infantis ajudam a destruir a cultura literária.” As crianças, dizia ele, não são idiotas, carecem, isso sim, de boa literatura.

A quem Neptuno e Marte obedeceram.  
Cesse tudo o que a Musa antiga canta,  
Que outro valor mais alto se alevanta.<sup>2</sup>

Na verdade, com o advento da época moderna, o epicentro da epopeia marítima vai deslocar-se do *mare nostrum* para o Atlântico, que levaria os navegadores “por mares nunca dantes navegados” (*Os Lusíadas*, I.1,3). Ainda assim, continua a persistir o mesmo espírito da Antiguidade: “As viagens dos Portugueses e dos Espanhóis nos séculos XV e XVI – escreve Luís de Sousa Rebelo (1999, p. 210) – continuam ao nível planetário o espírito de inquirição que dominará a viagem no mundo clássico”. Um bom exemplo deste espírito na Antiguidade é a *Orla Marítima*, de Rúfio Festo Avieno, poeta latino do século IV d.C., natural da Etrúria, que nos relata, sob a feição de périplo, as aventuras de uma viagem desde o Ponto, no Oriente, até à Bretanha. O poema, de que nos chegaram apenas excertos do 1º livro, transmite-nos informações pertinentes para geógrafos e etnólogos: baseia-se esta obra “num *Périplo* do século. VI a. C, com acrescentos posteriores de autores vários e de épocas diferentes”, como judiciosamente escreve na sua Introdução José Ribeiro Ferreira (1999).<sup>3</sup>

É este “afán de curiosidad y conocimiento de mundos lejanos y estraños”, como refere Manuel Pérez López, a propósito dos relatos de viagens de Homero a Apolónio de Rodes, em artigo publicado na revista *Euphrosyne* (1999, p. 314), a par da pervivência da Antiguidade Clássica, sobretudo através da mitologia, entre outros tópicos literários, que aproxima a mundividência poética destes dois autores portugueses da época de Quinhentos, Luís de Camões e o Padre Jesuíta Luís da Cruz.

A perenidade dos valores clássicos que determinaram a estrutura da narrativa épica é assunto muito estudado e ao qual o Professor Catedrático da Universidade de Lisboa, Arnaldo Espírito Santo, saberá insuflar luz nova, levando em conta a teorização da epopeia nos tratados latinos do *Cinquecento*. Recordo apenas que ao labor deste filólogo se deve a edição portuguesa da *Arte Poética* do humanista italiano Marco Girolamo Vida, impressa em Roma, corria o ano de 1527, em maio, um mês tristemente célebre para os Romanos, pelo saque levado a cabo desta cidade pelas tropas de Carlos V.

Nesta linha interpretativa desenvolvemos a nossa investigação em torno da tragi-comédia *Iosephus*, escrita pelo Padre Luís da Cruz, SJ, mestre que foi do Real Colégio

---

<sup>2</sup> Esta singularidade da missão civilizacional dos portugueses vai guindar a epopeia de *Os Lusíadas* a um lugar ímpar entre outras que são igualmente famosas e pertencem ao conhecimento comum, como são a de *Gilgamesh*, a *Iliada*, a *Odisseia*, a *Eneida* e a *Divina Comédia*. Estamos a mencionar a opinião de Miguel Torga (1990, p. 26).

<sup>3</sup> Esta edição contém um fac-símile da *editio princeps* da *Orla marítima*, publicada em Veneza, em 1488.

das Artes, em Coimbra, sendo um dos autores mais representativos do teatro novilatino em Portugal. A sua obra mereceu honras de publicação nos prelos do tipógrafo Horácio Cardon, na cidade francesa de Lião, em 1605, um ano após a sua morte. O nosso estudo, dizia eu, publicado pela Gulbenkian (2004), na série Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas, muita inspiração colheu em alguns títulos publicados pela Professora Catedrática da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Nair de Nazaré Castro Soares, de quem pudemos contar com sábia orientação: *O Príncipe Ideal no século XVI e a Obra de D. Jerónimo Osório* (1994), *Teatro Clássico no Século XVI – A Castro de António Ferreira* (1996) e *Diogo de Teive – Tragédia do príncipe João* (1999). Por essa razão, não vou retomar aqui essa análise. Muito menos ainda, nesta linha de pensamento, a questão recorrente, nesta época, do uso da mitologia, que também é comum a estes dois autores<sup>4</sup>. Manancial de temas que alimentou a inspiração de poetas, as mitologias grega e romana, transmitidas através da literatura ou de recolhas de mitólogos, hão de ser redescobertas pelos humanistas do Renascimento, para servirem de novo como elemento de criação artística, como de forma eloquente se expressou Victor Jabouille, no seu ensaio *Do mythos ao mito: uma introdução à problemática da mitologia* (1993, p. 41).

Ao caracterizar a empresa dos humanistas portugueses, e ainda a propósito do uso da mitologia, Luiz de Sousa Rebelo (1982, p. 85) afirma que os seus objetivos “visam sobretudo uma concordância entre a fé cristã e o pensamento da Antiguidade, a um compromisso irénico entre a tradição e as ideias novas”, num espírito de conciliação com as novas exigências sócio-culturais.

Na verdade, o humanismo renascentista foi um dos fatores decisivos para a mudança de mentalidades. A valorização das *litterae humaniores*, que se repercutiu na humanização do homem, coloca-o no centro das atenções: ao teocentrismo medieval sucede o antropocentrismo moderno. Este movimento, com raízes italianas, vai trazer uma matriz profundamente individualista. Os descobrimentos portugueses, ao colocarem o homem em novas situações e imprevistas, trouxeram, finalmente, uma nova mentalidade científica: o experimentalismo. Ganhou alento um novo tipo de saber, de “experiência feito”, de que são exemplo Duarte Pacheco Pereira (*Esmeraldo de Situ Orbis*, 1508), Pedro Nunes (*De Crepusculis*, 1541; *Tratado de certas dúvidas da navegação*; *Tratado em defesa da carta de marear*), Garcia da Orta (*Colóquios dos simples e drogas e cousas medicinais da Índia*, Goa, 1563) e D. João de Castro (*Tratado de Sphoera por perguntas e respostas, a modo de diálogo*, escrito antes de 1537). Este movimento teve profundas repercussões na filosofia e significou uma investida contra a tradicional autoridade aristotélica. Combateu-se a teoria dos universais e propunha-se para reflexão a

---

<sup>4</sup> O hábito de cristianizar as expressões da mitologia clássica parece recuar aos primórdios do cristianismo, com os autores cristãos do século III, nomeadamente Comodiano, Juvenco, Prudêncio, e Santo Ambrósio (Melo, 2004, p. 189).

natureza, o indivíduo, o concreto, o singular. Esta foi a teoria do conhecimento sugerida por Francisco Sanches (1550-1623), com a publicação do *Quod nihil Scitur*, na cidade francesa de Lião, em 1581. Para ele, o conhecimento humano tem dois caminhos: a experiência e a razão, o verdadeiro método das ciências do saber. Assim tomava expressão, entre nós, o nominalismo, uma corrente da escolástica que já se havia manifestado no séc. XIV, com o inglês Guilherme de Ockham (1255-1350).

Deste experimentalismo também muito haviam de beneficiar as Ciências Médicas, embora com a ressalva de que, na Antiguidade, só a Medicina havia de reconhecer os dois pilares fundamentais da ciência moderna: a experiência e a razão (Gil, 1999, p. 222). Para a história desta ciência, merece uma primeira referência Pedro Hispano, nascido em Lisboa, provavelmente em 1205, que antes de ser eleito Papa com o nome de João XXI, havia de escrever um dos primeiros compêndios modernos de medicina, *The-saurus pauperum*, que conheceu mais de 81 edições impressas, datando a primeira edição em latim de 1497, feita em Antuérpia; na língua italiana, a primeira edição foi feita em Florença, em 1480. A Professora Maria Helena da Rocha Pereira deu à estampa, em 1973, numa edição patrocinada pela Universidade de Coimbra, as obras médicas deste autor português, pioneiro na área da medicina. No século XVI havia de distinguir-se o médico português João Rodrigues de Castelo Branco, natural de Castelo Branco, onde nasceu em 1511 e mais conhecido por Amato Lusitano. Um dos primeiros médicos a comentar a obra do grego Dioscórides, tendo escrito os tratados *Index Dioscoridis* (1536), *In Dioscoridis Anazarbei de medica materia libros quinque enarrationes* (1553) e *Curationum madicanalium Centuria septem* (1556): se do último há uma tradução em português, dos dois primeiros tratados está em curso a sua tradução, financiada pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, uma tarefa em que colabora uma vasta equipa composta por filólogos, entre os quais nos incluímos, e outros especialistas atinentes ao assunto, coordenados por António Andrade, da Universidade de Aveiro.

O impacto dos novos conhecimentos adquiridos nas navegações, que propiciam grandes avanços na ciência da Geografia, em confronto com a tradição geográfica da Antiguidade, é analisado por João Daniel Lourenço, em artigo publicado na revista *Euphrosyne* (1999, pp. 339-350).

E é esta faceta do espírito humanista, que se afirma em inúmeros escritos dispersos, em obras que se filiam diretamente no experimentalismo, a base científica dos descobrimentos, “donde deriva o naturalismo renascentista, produto da navegação oceânica da observação múltipla e variada da flora e da fauna das novas terras, do exame do comportamento humano sob diferentes climas” (Rebelo, 1982, p. 93), que identificamos numa passagem da tragicomédia acima citada do mestre jesuíta em apreço: o *topos* literário da gesta dos descobrimentos, do espírito inquiridor a aproximar estes dois autores. O valor da experiência tão bem traduzido pelo verso camoniano “vi claramente visto” (V.18,1), materializando uma nova expressão da atitude renascentista, um saber de ‘experiência feito’, já acima referenciado, numa linha de interpretação

que encontrou eco na obra de Torga (Torga, 1990, pp. 26-27, *apud* Monteiro, 2009, p. 435), quando d'*Os Lusíadas* tece esta consideração:

Tudo se encontra nesse prodigioso relato de insatisfação moderna a vencer as trevas da ignorância, a arredondar a conceção do mundo e a antever-lhe a harmonia futura. O homem é, finalmente, não mais um adorador limitado, mas um interrogador ilimitado. Duvida, congemina, verifica. [...] A ciência do passado, aceite sem discussão, à sombra da autoridade, é posta agora em causa, em nome da observação direta dos fenómenos.

O dramaturgo Jesuíta, Padre Luís da Cruz, ao desenvolver a história bíblica de José, sob a forma de uma tragicomédia em cinco atos, fê-lo na observância dos cânones clássicos. Assim, dada a confluência da tragédia e da comédia neste género, o nosso autor vai aliar, deste modo, a seriedade, a *grauitas*, e o riso, a *festiuitas*, ou mesmo a *hilaritudo*. A um universo elevado, com personagens de alto coturno, segue-se a truanice, para divertir o espectador (*quae per intervalla spectatorem recrearet*).

É isto que sucede no Ato I, quando é introduzido o episódio do podador e do camponês, um *intermezzo* lúdico, típico da comédia, para desanuviar a tensão dramática.

Apresenta-se um Podador, que transporta aos ombros um feixe de varas que havia cortado na herdade. Ao ver aproximar-se o indesejado Lavrador (*Iste suspicabitur / Fecisse ligna me lucis in proximis*)<sup>5</sup>, agacha-se num esconderijo próximo. Entretanto, o sol provoca um espirro ao Lavrador, que se interroga e expõe o resultado das suas observações:

*Sternuo. Quid hoc est? Eia sternutatio.  
Graue geminata quam mihi exonerat caput.  
Etenim per haec sternutamenta, sentio  
Plusquam mediocriter minui grauedinem.  
Verum ex euentu hoc quemadmodum fit in aliis,  
Incessit animum non libido paruula  
Intellegendi, cur cum ex umbra prodeo  
Veluti nunc, et solem (en me Deus bone)  
Et solem inquam adspicio parumper, sternuo.  
Id iam qui olim fuit mihi natura pater,  
Homo catus inquirebat, et sapiens auus  
Atausque disputabat, et uetustior  
Tertius ab atauo, tam est antiqua sternutatio.  
Ita fit, ab umbra quando soli exponimur,  
Per utrasque nares concitatur spiritus.  
A sole in umbram uerum cum recedimus,  
Cur nil quietis naribus disploditur?*

---

5 Cf. I.06.430-431.

*Sed quaedam oculis caligo circumfunditur:  
Inopaca si fortasse nos cubilia  
Ingreddimur a patente solis atrio!*

Espirro. O que vem a ser isto? Eia! Outro espirro. Como sinto a cabeça duas vezes aliviada. Como me aliviou a cabeça pesada este duplo espirro! Com efeito, através deste espirro, sinto que diminuí o incômodo mais do que medianamente. Mas, por este acontecimento, como sucede noutros, veio-me não pequena vontade de saber por que é que ao sair da sombra, como o faço agora, e vejo o sol (Ó meu bom Deus!), repito, e vejo, por um pouco, o Sol, começo a espirrar.

Já outrora, aquele que foi, por natureza, meu pai, homem avisado, procurava saber; e o meu avô, homem sábio, bem como o meu bisavô, e o terceiro mais velho, o trisavô, debatiam a questão ao pormenor: tão antigo é o espirro.

Assim acontece quando saímos da sombra e nos expomos ao sol, a respiração acelera-se através de ambas as narinas. Porém, quando nos afastamos da luz do dia para a sombra, por que razão nada sai do nariz sossegado? Todavia uma certa escuridão envolve os nossos olhos, se por acaso do vasto átrio iluminado entramos nos aposentos semiescuros!<sup>6</sup>

Este episódio da reflexão empírica sobre a origem do espirro, encastado na cena sexta deste ato, indicia bem o peso dos ventos da mundança que se fizeram sentir no contexto cultural que envolveu o aparecimento do *Iosephus* e cuja representação terá ocorrido no real Colégio das Artes, em Coimbra, muito provavelmente em 1574.

Neste solilóquio, logo a seguir, vem a referência ao ócio enquanto elemento propiciador da reflexão que conduz ao avanço da ciência e da cultura. E a tal não conduz necessariamente a riqueza, remata o Lavrador.

A referência ao rio Nilo também lá vem e justifica-se, pois foram os portugueses que descobriram a sua nascente. Outro acontecimento de relevo, neste contexto, foi a expedição de D. João de Castro ao Mar Roxo (1540-1541), para desvendar o mistério da cor vermelha das suas águas, que os Antigos lhe atribuíram (Mendes, 1993, p. 410).

O espírito de curiosidade, de aventura, vai conduzir este Lavrador às cidades do Egito. Ele mesmo transmite à plateia que esta sua viagem e estada nestas paragens são motivadas pelo desejo de crescer em sabedoria. Contudo, se não for do agrado pessoal, há de penetrar nas florestas africanas e admirar o colorido humano que as habita:

*Est rusticatum satis, huc philosophatum eo,  
Quacumque paupertate uictus opprimar,  
Cupienti satius est menti dare pabulum,  
Seruire uentri quam pigro ad ignorantiam.  
Et si mihi displicuerit Aegyptus, lubens*

<sup>6</sup> Cf. I.06.433-452. As traduções destes textos latinos são da nossa autoria.

*Penetrabo silvas Africae, ut liceat frui  
Animantium diuersarum spectaculis,  
Quarum illa diues dicitur prouincia.*

Já estou farto de lavoura. Vou filosofar para lá. Seja qual for a pobreza que me oprima, é preferível dar pasto ao espírito ávido de saber, do que servir o ventre preguiçoso para a ignorância.

E se o Egito me desagradar, penetrarei com gosto nas florestas africanas, para poder gozar o espetáculo das diversas raças, em que se diz ser rica essa província.<sup>7</sup>

E assim o mestre Jesuíta dá expressão à primeira civilização transoceânica moderna, mediada pelo povo português e fundida pelo “mar salgado, ó quanto do teu sal / São lágrimas de Portugal!”, para citar, de novo, Fernando Pessoa (1979, p. 70).

O Mar!... Luís de Camões nasce provavelmente no mesmo ano em que morria Vasco da Gama, em 1524. E morre no ano da perda da nossa independência, a 10 de Junho 1580! Desgostoso, quem sabe, pela desdita dos seus versos, publicados, pela primeira vez, oito anos antes: “E vós, ó bem nascida esperança / Da Lusitana antiga liberdade...” El-Rei D. Sebastião não garantiria a independência de Portugal! O desastre de Alcácer-Quibir impor-nos-ia o jugo Castelhana. Em vão a gesta de um povo cantada em poema épico de cariz universal, numa afirmação inequívoca de uma nação plasmada na sua Língua e na sua História ímpar!? Miguel Torga há muito deu a resposta, apontando-nos a integração europeia como o nosso caminho natural na senda do futuro (Torga, 1990, p. 36):

Raramente um intelectual terá sido tão ferozmente livre de espírito e fiel à sua missão. Em todas as horas da nossa vida cívica, é camões que nos guia. No *Ultimatum*, cobrimos a sua estátua de crepes; no tempo dos Filipes, eram *Os Lusíadas* o livro da resistência. Agora, que atravessamos um período crucial da História, é ainda com ele no pensamento que poderemos encontrar ânimo para enfrentar o futuro. Um futuro que não será de ocupação, mas de comunhão.

Também Luís da Cruz (Fréches, 1964, pp. 241-242), que a morte arrebataria no dealbar do séc. XVII, a 18 de julho 1604, em Coimbra, havia de sofrer com este desgosto, a perda da nossa independência. Impelido pelo amor pátrio, os desmandos da sua veia poética levam-no ao exílio no Colégio de Bragança, onde permanece de 1585 a 1590, conforme se pode confirmar nos catálogos da Companhia (Melo, 2004a: 30). Com efeito, desta sua proximidade ao movimento de resistência ao domínio filipino, ao lado do Prior do Crato, resultou a publicação de alguns epigramas azedos contra Filipe II de Espanha, os quais quase lhe valeriam a expulsão da Companhia, como

<sup>7</sup> Cf. III.15.2289-2296.

chega a ser proposto pelo Geral Cláudio Aquaviva. Contudo, o Provincial Sebastião de Moraes acabará por desculpá-lo, dizendo que isso se deve tomar como ‘coisa ligeira’, própria de uma pessoa ‘que é um poeta’!...

Hoje, a nação parece ter perdido a consciência que este foi um dos períodos mais dramáticos da nossa história, que se prolongou até ao primeiro de dezembro de 1640! Como o Poeta tem razão: “Tudo é incerto e derradeiro. / Tudo é disperso, nada é inteiro. / Ó Portugal, hoje és nevoeiro...”.

Oxalá, dizemos nós a concluir, possamos ser dignos das palavras de Pessoa, a rematar este poema:

“É hora!”

## Referências

- Bloom, Harold (1997). *O Cânone Ocidental*, tradução, introdução e notas de Manuel Frias Martins (título original: *The Western canon*). Lisboa: Círculo de Leitores.
- Bloom, Harold (2003). “Elas não idiotas”, entrevista concedida a Luís Antônio Giron, da revista *Época* (Edição 246, de 2012.03.02), no *Jornal de Poesia*, disponível em: <http://www.revista.agulha.nom.br/hbloom.html#infantil> (consultado em 2012.04.12).
- Fréches, Claude-Henry (1964). *Le théâtre Néo-latin au Portugal*. Paris: Librairie A. G. Nizet / Lisboa: Livraria Bertrand.
- Ferreira, José Ribeiro (1992). “Introdução”. In: Avieno, *Orla marítima*, introdução, versão do latim e notas de José Ribeiro Ferreira, 2.<sup>a</sup> ed. Coimbra: Instituto Nacional de Investigação Científica e Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da Universidade.
- Gil, Juan (1999). De la ciencia al mito. *Euphrosyne*, nova série, 27: 219-236.
- Guedes, Fernando (2001). *O Livro como Tema. História, Cultura, Indústria*, prefácio de Aníbal Pinto de Castro. Lisboa: Editorial Verbo.
- Jabouille, Victor (1993). *Do mythos ao mito. Uma introdução à problemática da mitologia*, Lisboa: Edições Cosmos e Estudos Gerais Livres.
- Lourenço, João Daniel L. M. (1999). A descoberta dos antigos no Renascimento: o caso particular da *Geografia* de Ptolomeu. *Euphrosyne*, nova série, 27: 339-350.
- Melo, António Maria Martins (2004a). *Teatro Jesuítico em Portugal no Século XVI. A tragicomédia Iosephus, do P.º Luís da Cruz, SJ*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e a Tecnologia.
- Melo, António Maria Martins (2004b). A mitologia clássica no humanismo do renascimento português. *Ágora. Estudos Clássicos em Debate* 6: 167-191.
- Mendes, António Rosa (1993). A vida cultural. In: José Mattoso (ed.), *História de Portugal*, Vol. II – *No Alvorecer da Modernidade (1480-1620)*, coordenação de Joaquim Romero Magalhães. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Monteiro, Maria da Assunção Moraes (2009). A Europa: entusiasmo e questionação. *Génese e Consolidação da Ideia de Europa*, Vol. IV. *Idade Média e Renascimento*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra / Cáceres: Universidad de Extremadura, pp. 433-446.

- Page, Martin (2008). *A primeira Aldeia Global (Como Portugal mudou o Mundo)*, tradução de Gustavo A. Palma. Lisboa: Casa das Letras.
- Pereira, Maria Helena da Rocha (1973). *Obras médicas de Pedro Hispano*: Coimbra: Por Ordem da Universidade.
- Pérez López, Manuel (1999). Viajes y relatos: de Homero a Apolonio Rodio, *Euphrosyne*, nova série, 27: 301-314.
- Pessoa, Fernando (1982). *Livro do Desassossego por Bernardo Soares*, prefácio e organização de Jacinto do Prado Coelho, vol. I (recolha e transcrição dos textos por Maria Aliete Galhoz e Teresa Sobral Cunha). Lisboa: Ática, pp. 16-17.
- Pessoa, Fernando (1979). *Mensagem*, 13.<sup>a</sup> ed., com duas notas de David Mourão-Ferreira. Lisboa: Edições Ática.
- Rebelo, Luís de Sousa (1982). *A tradição clássica na literatura portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Rebelo, Luís de Sousa (1999). Os descobrimentos e a viagem no mundo clássico. *Euphrosyne*, nova série, 27: 207-218.
- Soares, Nair de Nazaré Castro (1994). *O Príncipe ideal no Século XVI e a Obra de D. Jerónimo Osório*. Coimbra: Instituto Nacional de Investigação Científica.
- Soares, Nair de Nazaré Castro (1996). *Teatro Clássico no Século XVI – A Castro de António Ferreira. Fontes – Originalidade*. Coimbra: Livraria Almedina.
- Teive, Diogo de (1999). *Tragédia do Príncipe João*, introdução, texto, versão e notas de Nair de Nazaré Castro Soares, Lisboa, 2.<sup>a</sup> ed. revista e atualizada. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e a Tecnologia.
- Torga, Miguel (1990). *Diário XV*. Coimbra: Edição do Autor.
- Vida, Marco Girolamo (1990). *Arte Poética*, introdução, tradução e notas de Arnaldo M. Espírito Santo. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, Centro de Estudos Clássicos da Universidade de Coimbra.